Representação para o DF pode se tornar realidade

O presidente nacional da Arena, senador Petrônio Portela, afirmou incisivamente que o projeto governamental, ora em estudos, destinado a permitir aos eleitores do Distrito Federal que mantenham título nos estados de origem votarem aqui mesmo, não significa o início de um processo que venha a resultar numa representação política própria da capital do país no Congresso. Ao contrário, Petrônio deixou claro que a iniciativa tem por objetivo exatamente conter as aspirações naquele sentido, observadas entre setores da população local e parlamentares dos dois partidos, hipótese admitida no dia anterior pelo senador Jarbas Passarinho.

A declaração de Petrônio frustra os defensores da tese da representação política do Distrito Federal, porém parlamentares mais otimistas não acreditam que a manifestação do presidente da Arena traduza uma posição definitiva do atual Governo, quanto à questão. Assim como se entende que uma recente declaração do senador piauiense em defesa do bipartidarismo visou apenas por fim aos pronunciamentos que deputados e senadores do seu partido faziam em favor da criação de novas agremiações, considera-se agora que Petrônio pretendeu apenas transferir o debate sobre o problema político de Brasília para uma ocasião que venha a ser julgada mais oportuna pelo Governo.

EXPECTATIVA

Dentro do raciocínio daqueles que preferem permanecer na expectativa, a representação política do Distrito Federal poderia estar incluída nos planos gradualistas reservados pelo Governo para execução a partir do próximo ano, no terreno institucional, e, desta maneira o voto em trânsito para aqueles que mantêm título nos estados representaria um teste de algum significado para o eleitorado brasiliense, pois se estima em mais de 150 mil o número de pessoas que, nos termos do projeto anunciado, teriam condições de aqui votar já nas próximas eleições de 14 de novembro.

Pelos índices de comparecimento às urnas serão conhecidos quando menos em tese, os sentimentos do eleitorado do centro mais politizado do país em relação ao valor do voto. Afastados do exercício

deste direito quanto vêm para Brasília, muitos dos habitantes da cidade especialmente os nordestinos, mineiros, goianos e cariocas continuam mantendo laços de relacionamento com os estados de origem, o que por si só justificaria a participação no pleito, independentemente das razões de conteúdo mais político.

Ainda que as peculiaridades do voto em trânsito em Brasília tenham esta inegável importância — a de revelar o comportamento de uma parcela da população quanto ao modo de encarar um direito. Isso, entretanto, nada significa em relação à parcela maior daqueles que se encontram no gozo dos direitos políticos no Distrito Federal, uma vez que deixarão de votar em 15 de novembro mais de 200 mil eleitores aqui inscritos, na grande maioria jovens mais identificados com a cidade. Para estes é que mais interessa a representação política, já que aqui têm sua vivência total, seus interesses e perspectivas.

ASPIRAÇÃO LEGÍTIMA

Se alguns consideram muito improvável a criação de um Legislativo em Brasília — uma câmara de vereadores ou uma assembléia — admite-se, porém, a possibilidade da volta da representação do Distrito Federal no Congresso. Esta é uma aspiração das próprias classes produtoras locais, conscientes da debilidade das suas entidades de classe como instrumento de reivindicação e de cooperação com o Governo.

Tal representação é considerada necessária por parlamentares da Arena e do MDB, preocupados com os problemas de Brasília. Entendem que, voltados para as questões dos estados que representam, os deputados e senadores não se podem dedicar a análise mais detidas — e muito menos ao acompanhamento — dos problemas do Distrito Federal, ainda que muitos deles lhes atinjam diretamente.

Por tudo isto, é de se prever que o tema da representação política de Brasília inevitavelmente emergirá nos debates que o Congresso realizará no próximo ano, certamente como o apoio de entidades representativas do Distrito Federal.